



**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**  
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903  
FONE: 2075-4500

PROCESSO	CEESP-PRC-2025/00117		
INTERESSADA	Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba		
ASSUNTO	Regimento da Instituição - Alterações		
RELATOR	Cons. Anderson Ribeiro Correia		
PARECER CEE	Nº 297/2025	CES	Aprovado em 19/11/2025

**CONSELHO PLENO**

**1. RELATÓRIO**

**1.1 HISTÓRICO**

A Diretora Pedagógica da Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba encaminha a este Conselho, por meio do Ofício 035/2025 – FAC-FEA, protocolado em 29/07/2025, a Comunicação de Alterações do Regimento Interno da Instituição, nos termos da Deliberação CEE 141/2016 - de fls. 03.

**Dados Gerais**

Recredenciamento	Parecer CEE 79/2023, Portaria CEE-GP 122/2023. DOE 16/02/2023, por 5 anos
Aprovação do Regimento (última)	DOE em 11/10/07
Entidade Mantenedora	Fundação Educacional Araçatuba
Sede	Sede localizada no município de Araçatuba, Estado de São Paulo
Direção*	Simone Pantaleão Macedo, mandato de junho de 2021 a junho de 2025

Os membros da Congregação receberam a convocação da Diretora para participar da Reunião da Congregação, que aconteceu em 28/06/2025 na Unidade II da FAC-FEA (Rua Mauricio de Nassau, 1191), com a seguinte pauta: 1 - Informes Gerais; 2 - Fechamento das alterações do Regimento Interno da Faculdade para ser enviado ao CEE-SP e 3 - Eleições 2025.

**1.2 APRECIÇÃO**

A Deliberação CEE 141/2016 dispõe sobre normas gerais para elaboração e alteração dos regimentos das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino.

*"Art. 5º A solicitação de alteração regimental deverá ser encaminhada, devidamente fundamentada, até o último dia do mês de setembro do ano do pleito, assinada pelo diretor da instituição, acompanhada de:*

*(...)*

*II - quadro comparativo contendo o texto em vigor e o texto proposto, em se tratando de alteração parcial do regimento;*

*III - cópia da ata da reunião do órgão colegiado que aprovou a referida mudança;*

*(...)*

*Art. 6º Aprovada a alteração regimental, a instituição deverá encaminhar ao Conselho Estadual de Educação três vias do texto aprovado, devidamente rubricadas pelo diretor."*

**Quadro Comparativo**

Tópico / Artigo	Texto Vigente	Proposta
<b>Estrutura Organizacional</b> (Art. 4º)	Artigo 4º - São órgãos da Faculdade: I - Congregação; II - Conselho de Cursos; III - Diretoria Pedagógica; IV - Colegiados de Cursos; V - Coordenação de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação; VI - Departamentos de Apoio; VII - Conselho de Ética; VIII - I.S.E (Instituto Superior de Educação).	Artigo 4º - São órgãos da Faculdade: I - Congregação; II - Conselho de Cursos; III - Diretoria Pedagógica; IV - Colegiados de Cursos; V - Coordenação de Curso; VI - Coordenação de Extensão; VII - Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação; VIII - Comitê de Ética em Pesquisa; IX - Coordenação do Departamento de Disciplinas de Núcleo Comum; X - Comissão Própria de Avaliação (CPA); XI - Núcleo de Apoio ao Estudante da FAC-FEA (NAEF); XII - Núcleo de Inclusão e diversidade- analisar as demandas dos alunos com necessidades especiais; XIII - Núcleo de Cultura e Arte; XIV - Núcleo de Atendimento Psicológico (NAPSI); XV - Núcleo de Prática Jurídica (NPJ); XVI - Observatório de Direitos Fundamentais e Cidadania (ODFC); XVII - Laboratório de Empreendedorismo, Sustentabilidade e



CEESP/PC/202500319

		<b>Desenvolvimento Regional (LAB-EMP); XVIII - Departamento de Estágios Extracurriculares; XIX - Núcleo Regional de Projetos em Políticas Públicas - FAC-FEA.</b>
<b>Composição da Congregação</b> (Art. 6º)	Artigo 6º - (...) §1º- Os representantes do corpo discente serão indicados pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes) ou por seus pares, para mandato de <b>1 ano</b> . §2º- O representante da Mantenedora será indicado pelo Conselho de Curadores para o mandato de <b>1 ano</b> .	Artigo 6º - (...) §1º- Os representantes do corpo discente serão indicados pelo DA (Diretório Acadêmico) ou por seus pares, para mandato de <b>2 (dois) anos</b> ; §2º- O representante da Mantenedora será indicado pelo Conselho de Curadores para o mandato de <b>2 (dois) anos</b> ;
<b>Composição do Conselho de Cursos</b> (Art. 14º)	Artigo 14 - O Conselho de Cursos é constituído: I - pelo Diretor Pedagógico da Faculdade, seu presidente nato; II - pelo Vice-Diretor Pedagógico; III - pelos Coordenadores de Cursos; IV- pelo <b>Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão</b> ; V- pelo <b>Coordenador do I.S.E</b> ; VI- pelos <b>Coordenadores de Apoio</b> ; VII - por um representante do corpo discente para mandato de 2 (dois) anos, indicado pelos D.C.E. (Diretório Central dos Estudantes) ou seus pares.	Artigo 14 - O Conselho de Cursos é constituído: I - pelo Diretor Pedagógico da Faculdade, seu presidente nato; II - pelo Vice-Diretor Pedagógico; III - pelos Coordenadores de Ensino (Cursos); IV- pelo <b>Coordenador de Pesquisa e Pós-graduação</b> ; V – pelo <b>Coordenador de Extensão</b> ; VI - pelo Coordenador do Departamento de Disciplinas de Núcleo Comum VIII – pelos <b>coordenadores do NAPI e do NPJ</b> ; VII - por um representante do corpo discente para mandato de 2 (dois) anos, indicado pelos DCE (Diretório Central dos Estudantes) ou seus pares.
<b>Secretariado do Conselho de Cursos</b> (Art. 19º)	Artigo 19 - As reuniões do Conselho de Cursos serão secretariadas por <b>um de seus membros</b> .	Artigo 19 - As reuniões do Conselho de Cursos serão secretariadas pela <b>Secretária Pedagógica da Faculdade</b> .
<b>Seleção e Requisitos para Direção Pedagógica</b> (Art. 21º)	Artigo 21 - O Diretor Pedagógico e o Vice-Diretor Pedagógico serão <b>escolhidos pelo Conselho de Curadores</b> e nomeados pelo Presidente da Mantenedora, dentre uma lista tríplice elaborada pela Congregação, mediante eleição, com mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução. (...) § 3º - Serão elegíveis membros docentes que possuam titulação em programas stricto sensu recomendados pela CAPES, e experiência de <b>02 (dois) anos</b> , não havendo distinção do título para efeito de qualificação.	Artigo 21 – A chapa de candidatos aos cargos de Diretor Pedagógico e o Vice-Diretor Pedagógico serão <b>eleitos pela Congregação</b> e nomeada pelo Presidente da Mantenedora, dentre uma lista tríplice elaborada pela Congregação, mediante eleição, com mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida apenas 1 (uma) recondução. (...) § 3º - Serão elegíveis membros docentes concursados com tempo mínimo de <b>3 (três) anos</b> e que possuam titulação em programas stricto sensu recomendados pela CAPES, não havendo distinção do título para efeito de qualificação.
<b>Seleção do Coordenador de Curso</b> (Art. 27º)	Parágrafo Único - O Coordenador de Curso será indicado pelos seus pares, em <b>lista tríplice, que será encaminhada para escolha do Diretor Pedagógico</b> , que encaminhará ao Presidente da Mantenedora para sua nomeação, para um mandato de 2(dois) anos, permitido uma recondução.	Parágrafo Único - O Coordenador de Curso será <b>indicado (eleito) pelos seus pares e empossado pelo Diretor Pedagógico</b> , que encaminhará ao Presidente da Mantenedora para sua nomeação, para um mandato de 2 (dois) anos, permitido uma recondução. <b>Sugestão do artigo 27, parágrafo único: O coordenador do curso será eleito pelos seus pares e nomeado pelo Presidente da Mantenedora para um mandato de 2 anos, permitida uma recondução.</b>
<b>Requisitos para Coordenador de Curso</b> (Art. 28º)	§ 3º - São requisitos mínimos para os Coordenadores de Curso: - possuir título de Mestre, reconhecido pela CAPES, e experiência docente mínima de <b>2 (dois) anos</b> .	§ 3º - É requisito mínimo para os Coordenadores de Curso possuir título de Mestre, reconhecido pela CAPES, priorizando experiência acadêmica docente mínima de <b>3 (três) anos</b> .
<b>Coordenação de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação</b> (Arts. 30º a 35º)	<b>CAPÍTULO V - DA COORDENAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO Artigo 30</b> – A Coordenação (...) será exercida por um professor com os seguintes requisitos: I - Título de <b>Doutor, Livre-Docente ou de Pós-Doutorado</b> , reconhecidos pela CAPES; II - Ter experiência docente mínima de <b>2 (dois) anos</b> .	<b>CAPÍTULO V - DA COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO Artigo 30</b> – A Coordenação (...) será exercida por um professor com os seguintes requisitos: I – Título de <b>Doutor ou Livre-Docente</b> , reconhecidos pela CAPES; II – Ter experiência docente mínima de <b>3 (três) anos</b> . <b>CAPÍTULO VI - DA COORDENAÇÃO DE ENSINO E EXTENSÃO Artigo 33</b> – A Coordenação (...) será exercida por um professor com os seguintes requisitos: I – <b>Pós-graduação</b> , reconhecida pelo MEC e/ou CAPES; II – Ter experiência docente mínima de <b>3 (três) anos</b> .
<b>Conselho de Ética vs. Comitê de Ética em Pesquisa</b> (Art. 36º)	<b>Artigo 36</b> - O Conselho de Ética será responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas e projetos desenvolvidos na Faculdade, <b>assim como pela emissão de pareceres sobre assuntos de ordem</b>	<b>Artigo 36</b> – O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) será responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos desenvolvidos nas pesquisas e projetos científicos desenvolvidos na Faculdade, com base nas normativas éticas vigentes; <b>Parágrafo único</b> – O CEP será composto



	<b>administrativa, didática ou disciplinar, quando assim se fizer necessário. Parágrafo único</b> - O Conselho de Ética será composto por <b>3 (três) professores</b> , eleitos pela Congregação da Faculdade, com mandato de 2 (dois) anos e nomeados pelo Diretor Pedagógico, permitida uma reeleição.	por <b>3 (três) professores doutores</b> , eleitos pela Congregação da Faculdade, com mandato de 2 (dois) anos e nomeados pelo Diretor Pedagógico, permitida uma reeleição e serão remunerados de acordo com a demanda, previamente autorizada pela Direção Administrativa.
<b>Avaliação em Disciplinas Extensionistas</b> (Arts. 70º e 74º)	<b>Artigo 70</b> - (...) § 1º - As notas de aproveitamento serão baseadas em provas bimestrais escritas e individuais, sendo que outras formas de avaliação não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) da média bimestral. <b>Artigo 74</b> - Serão considerados aprovados na disciplina os alunos que, satisfeitas as exigências de frequência: I - obtiverem média de aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete); II - submetidos a exame final, obtiverem média aritmética da nota do exame final com a média de aproveitamento igual ou superior a 5,0 (cinco).	<b>Artigo 70</b> - (...) § 1º - As notas de aproveitamento serão baseadas em provas bimestrais escritas e individuais, sendo que outras formas de avaliação não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) da média bimestral; § 3º - <b>Nas disciplinas extensionistas e disciplinas com atividades práticas, as notas serão atribuídas de acordo com a realização das atividades da disciplina, que forem aprovadas previamente pelo Colegiado de Curso, não se aplicando o §1º.</b> <b>Artigo 74</b> - Serão considerados aprovados na disciplina os alunos que, satisfeitas as exigências de frequência: I - obtiverem média de aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete); II - submetidos a exame final, obtiverem média aritmética da nota do exame final com a média de aproveitamento igual ou superior a 5,0 (cinco). III – <b>Para as disciplinas extensionistas, a aprovação do aluno está condicionada a realização das práticas e entrega dos documentos institucionais comprobatórios, de acordo com o §3º do art. 70.</b>
<b>Regime de Dependência</b> (Art. 77º)	<b>Artigo 77</b> - O aluno que não obtiver aproveitamento final em mais de 4 (quatro) disciplinas <b>não poderá se matricular no semestre seguinte, devendo cursar somente as disciplinas em que foi retido.</b> § 1º - O aluno que apresentar insuficiência de frequência ou de aproveitamento em até 4 (quatro) disciplinas, poderá matricular-se no semestre seguinte, podendo cursar as disciplinas em regime de dependência desde que não apresente incompatibilidade de horário das aulas.	<b>Artigo 77</b> - O aluno que não obtiver aproveitamento final em mais de 4 (quatro) disciplinas <b>será analisado individualmente pelo coordenador de curso e direção pedagógica; § 1º - O aluno que apresentar insuficiência de frequência com bom aproveitamento na disciplina será analisado a forma de compensação de horas pelo coordenador e diretor pedagógico; § 2º.</b> O aluno que apresentar insuficiência de aproveitamento em até 4 (quatro) disciplinas, poderá matricular-se no semestre seguinte, podendo cursar as disciplinas em regime de dependência desde que não apresente incompatibilidade de horário das aulas;
<b>Mandato da Representação Estudantil</b> (Art. 93º)	Artigo 93 - O mandato dos representantes estudantis é de <b>1 (um) ano</b> , permitida uma recondução.	Artigo 93 - O mandato dos representantes estudantis é de <b>2 (dois) anos</b> , permitida uma recondução.
<b>Processo Disciplinar Docente</b> (Art. 102º)	Artigo 102 - A aplicação das penas de que se trata esta seção, exceto a de advertência, deverá ser precedida de processo administrativo, nos termos da legislação vigente, conduzido e julgado pelo <b>Conselho de Ética</b> no qual se facultará ao acusado ampla defesa.	Artigo 102 - A aplicação das penas de que se trata esta seção, exceto a de advertência, deverá ser precedida de processo administrativo, nos termos da legislação vigente, conduzido e julgado pelo órgão previsto no Estatuto da Fundação – <b>Comissão de Processo Administrativo – CPA</b> , durante o qual se facultará ao acusado ampla defesa.

### Considerações Finais

A Instituição apresentou a documentação exigida, incluindo quadro comparativo das alterações, ata de aprovação em Congregação e encaminhamento regular a este Conselho. As mudanças regimentais abrangem a atualização da estrutura organizacional, composição de colegiados e critérios de escolha de dirigentes acadêmicos, entre outros pontos.

Após análise, verifica-se que as alterações propostas encontram-se em conformidade com a legislação vigente e não apresentam óbices à sua aprovação por este Conselho.

Diante do exposto, dou ciência à Câmara de Educação Superior e manifesto-me favorável à aprovação das alterações regimentais apresentadas.



## 2. CONCLUSÃO

**2.1** Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 141/2016, o pedido de alteração do Regimento da Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba.

**2.2** A Instituição deverá encaminhar um exemplar das alterações regimentais, ora aprovadas, a fim de serem rubricadas.

**2.3** A presente aprovação tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após a homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 26 de setembro de 2025.

**a) Cons. Anderson Ribeiro Correia**  
Relator

## 3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Anderson Ribeiro Correia, Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Hubert Alquéres, Mário Vedovello Filho, Roque Theophilo Filho e Rose Neubauer.

Sala da Câmara de Educação Superior, 12 de novembro de 2025.

**a) Cons. Hubert Alquéres**  
Presidente da Câmara de Educação Superior

## DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Reunião por Videoconferência, em 19 de novembro de 2025.

**a) Consª Maria Helena Guimarães de Castro**  
Presidente

PARECER CEE 297/2025	-	Publicado no DOESP em 24/11/2025	-	Seção I	-	Página 29
Res. Seduc de 24/11/2025	-	Publicada no DOESP em 27/11/2025	-	Seção I	-	Página 14
Portaria CEE-GP 422/2025	-	Publicada no DOESP em 28/11/2025	-	Seção I	-	Página 20

